Capítulo II

Os africanos estão chegando

Sônia Queiroz

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

QUEIROZ, S. Os africanos estão chegando. In: *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga* [online]. 2nd ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, pp. 24-33. ISBN: 978-85-423-0305-6. <https://doi.org/10.7476/9788542303056.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

OS AFRICANOS ESTÃO CHEGANDO

Né... né complicado? A gente custa a entendê. Se a senhora num oiá nos livros a senhora num acha. O nego é... é demais. Ih!... uma negrada que só a senhora veno. *Cada um tem um nome.*

*Jesus Pinto*¹

Embora não se saiba com exatidão em que época começaram os portugueses a trazer escravos negros para o Brasil, é certo que eles já trabalhavam nos primeiros engenhos de cana-de-açúcar, tendo sido aqui introduzidos muito antes da oficialização do tráfico, que se dá por Alvará de D. João III, a 29 de março de 1549.

Portanto, os africanos começam a chegar ao Brasil ainda no início do século XVI e a partir daí entram, oficial ou extra-oficialmente, em número cada vez maior, até o ano de 1850, quando, em consequência da lei imperial de 4 de setembro, que declara extinto o tráfico, começa a diminuir a sua importação.

Mas até que se efetivasse a extinção do tráfico, os negros entravam em números tão elevados que em alguns momentos chegaram a superar de longe a população branca. Em 1798, por exemplo, o censo mostrou uma população de 1.988.000 homens de cor² — 406.000 libertos e 1.582.000 escravos — para 1.010.000 brancos.³

Se a introdução de escravos negros no Brasil está intimamente ligada ao desenvolvimento da indústria da cana-de-açúcar, o grande incremento do tráfico que se verifica nos séculos XVIII e XIX é determinado, fundamentalmente, pela descoberta do ouro e dos diamantes na região das Minas Gerais. Com efeito, a possibilidade de lucros maiores e mais rápidos desloca os interesses econômicos da

¹ Jesus Pinto é um dos falantes da LNC — Língua do Negro da Costa — entrevistados nesta pesquisa.

² Sob a denominação de “homens de cor” incluem-se aqui negros e mestiços negros.

³ Cf. AZEVEDO. *Democracia racial*, citado por ELIA. *A unidade lingüística do Brasil*, p.69.

agricultura para a mineração, provocando a corrida para as minas, que vai desfalcando os engenhos da mão-de-obra escrava.

Com o deslocamento do eixo econômico para o sul, o Rio de Janeiro torna-se o mais importante centro do comércio negreiro: “No século XVIII, o Rio semelha um porto africano. O Valongo, mercado de escravos, tem um jeito de Luanda. É a maior feira de escravos de todo o Brasil, que exporta para São Paulo, Minas, Estado do Rio e Goiás.”⁴ É por essa época, mais exatamente em 1763, que a capital da Colônia é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro.

Minas é então o grande consumidor desse mercado: “As estimativas mais modestas calculam que durante o século XVIII entraram no Rio de Janeiro e aí foram vendidos mais de 800.000 africanos, dos quais a maioria foi encaminhada para Minas Gerais.”⁵

Tão grande fluxo de escravos para as minas vai desequilibrar a já precária economia da Colônia, desfalcando as lavouras de cana-de-açúcar e de tabaco. Pressionada pelos setores agrícolas, a Coroa tenta, então, limitar o número de escravos deslocados para a mineração: através do Alvará de 20 de janeiro de 1701,

foi S.M. servido mandar que dos negros que de Angola fossem ao Rio de Janeiro se tirassem 200 todos os anos, para os paulistas (mineradores) (...) e dos mais negros se não poderia vender a nenhum paulista, e o mesmo se praticaria na Bahia e mais capitanias sob pena de vendedor pagar a valia do negro em dobro, metade para o denunciante e outra para a Fazenda Real.⁶

Entretanto, esse alvará e todas as outras medidas que o seguiram no sentido de limitar ou impedir a entrada de escravos em Minas foram em vão. O comércio clandestino era praticado em larga escala e, segundo Isaías Golgher, sob a proteção das próprias autoridades,⁷ que, mediante suborno, permitiam a entrada ilegal de levas de escravos tão numerosas que “Borba Gato escreveu a D. Fernando Lancastre que precisaria de um exército para

⁴ MENDONÇA. *A influência africana no português do Brasil*, p.39-40.

⁵ COARACY. *Escravos para as Minas Gerais*, p.100.

⁶ DOCUMENTOS históricos da Biblioteca Nacional, citado por GOLGHER. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, p.142.

⁷ GOLGHER. *Separata da Revista Brasileira de Estudos Políticos*, p.147.

impedir a entrada de contrabando pela estrada da Bahia”.⁸ Dessa forma,

em Minas se reuniu, em período relativamente curto, a maior concentração de escravos verificada no país. Cerca de meio milhão de negros foi empregado na mineração do ouro e dos diamantes nos setenta anos em que essa exploração foi considerada economicamente rendosa.⁹

Já em 1718, segundo informa Nelson de Senna,¹⁰ a população negra de Minas, composta de 35.991 indivíduos, é superior à população branca. Essa situação parece ter perdurado pelo menos até meados do século XIX, quando se extingue o tráfico: em 1776, numa população total de 319.769 habitantes, 249.105 — 77,90% — eram negros ou mestiços de negros; nos anos de 1786 a 1805, os escravos constituíam 47,94% e 46,38% da população, donde se pode inferir que os indivíduos de cor continuavam sendo maioria, pois, por essa época, muitos deles já eram alforriados;¹¹ em 1821, há 383.061 negros e mestiços de negros, num total de 514.108 habitantes, o que equivale a 74,51% da população;¹² mas em 1872, passados aproximadamente vinte anos da extinção do tráfico, os escravos se reduzem a 16,99% da população de Minas.¹³

Entretanto, se o número de escravos vai-se reduzindo de modo assim tão significativo, até que a lei de 13 de maio de 1888 extingue o regime escravocrata de todo o território brasileiro, os negros e seus descendentes continuam constituindo um alto percentual da população mineira. Assim é que no primeiro recenseamento demográfico da República, realizado em 1890, eles são ainda 53,32% dos habitantes de Minas Gerais.¹⁴

Quanto à determinação das origens dos africanos trazidos ao Brasil pelo tráfico, como quase tudo que se refere ao negro no País, não é tarefa simples. Aqui, a dificuldade deve-se não só à escassez de

⁸ GOLGHER. *Separata da Revista Brasileira de Estudos Políticos*, p.149-150.

⁹ CARNEIRO. *Separata do Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*, p.3.

¹⁰ SENNA. *Revista de Língua Portuguesa*, p.139.

¹¹ Cf. SENNA. *Africanos no Brasil*, p.58-59.

¹² Cf. ESCHWEGE, citado por BARBOSA. *Negros e quilombos em Minas Gerais*, p.126.

¹³ Cf. SENNA. *Africanos no Brasil*, p.60.

¹⁴ Idem.

documentos históricos, a que já foi feita referência neste trabalho, mas também ao fato de ter a escravidão unificado os povos africanos, de modo a se perder, com relação a eles, a noção de grupos étnicos. A esse respeito, escreve Artur Ramos:

Desde os tempos coloniais até os nossos dias, houve designações populares de *Nagô, Mina, Angola, Moçambique...* o que indicava vagamente os pontos do continente africano de onde provieram os negros. Mais comuns eram as designações gerais: 'peça da Índia', 'preto da Guiné', 'negro da Costa'. Para o senhor branco, não havia povos negros diversos, mas apenas o negro escravo.¹⁵

Em consequência dessas dificuldades, os estudiosos do negro no Brasil muitas vezes incorreram em generalizações ou particularizações deformadoras da realidade. Assim é que Spix e Martius, por exemplo, em *Viagem pelo Brasil*,¹⁶ descrevem a população negra brasileira como sendo composta exclusivamente de bantos. E, mais tarde, Nina Rodrigues¹⁷ — embora tendo concentrado suas pesquisas na cidade de Salvador — concluirá pela quase exclusividade de sudaneses, mais especificamente iorubas, em todo o estado baiano.

Para Yeda Pessoa de Castro, é a partir daí que se começa a dividir o País em duas áreas estanques de influência africana, divisão que ela critica sistematicamente e contra a qual buscará evidências em suas pesquisas:

(...) a literatura especializada que se seguiu, com raras exceções, fundamentada na observação dos mesmos candomblés estudados por Nina Rodrigues, terminou por consagrar a divisão do Brasil em duas supostas áreas de influências africanas — iorubas na Bahia e bantos em outros estados — como se essas duas áreas estivessem colocadas em dois compartimentos limítrofes, mas estanques entre si (...).¹⁸

Dedicando-se à pesquisa etnolingüística, Yeda Pessoa de Castro estende suas investigações para além dos limites urbanos da capital baiana, com o objetivo de, através da determinação dos étimos

¹⁵ RAMOS. *As culturas negras no novo mundo*, p.183.

¹⁶ Citado por LUNA, COSTA. *O Estado de S.Paulo*, p.6.

¹⁷ RODRIGUES. *Os africanos no Brasil*, 1976.

¹⁸ CASTRO. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos, p.5.

prováveis ou precisos dos empréstimos lexicais africanos ao português do Brasil, identificar seus falantes originais e situar suas influências no País.

Tão importante para suprir as deficiências da informação histórica, esse estudo das evidências lingüísticas, em seu estágio atual, denuncia a predominância, no Brasil, de “povos procedentes de duas regiões subsaarianas: *a região do Oeste africano*, ao norte da linha do Equador, e o *domínio banto*, na extensão sul da linha do Equador”.¹⁹

No Oeste africano localizam-se as culturas tradicionalmente chamadas sudanesas em que se destacam, em nossa formação etnolingüística, o ioruba (ou nagô) e o jeje (ou mina). Ao Sul do Equador estende-se o domínio das culturas bantas, que compreende diversas línguas, originárias do mesmo proto-banto,²⁰ das quais se destacam o quicongo, o quimbundo e umbundo como as mais atuantes no Brasil.

As pesquisas realizadas por Yeda Pessoa de Castro, além de determinar os povos e línguas africanas de maior atuação entre nós, permitiram-lhe traçar um “Esboço do Mapa Etnolingüístico Africano no Brasil”,²¹ que reproduzimos na Figura 1.

No que diz respeito especificamente a Minas Gerais, há ainda outras evidências de que este não foi um território ocupado exclusivamente ou quase exclusivamente por povos bantos, mas, ao contrário, “grosso modo, pode-se afirmar que houve igualdade no peso relativo dos dois grandes grupos”.²²

Os sudaneses, e em especial os chamados “minas”, que possuíam conhecimentos técnicos de mineração, adquiridos já na África, eram até mesmo preferidos pelos mineiros à época da exploração do ouro e dos diamantes. Eis o que escreve a respeito, em 1725, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro:

¹⁹ CASTRO. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos, p.11.

²⁰ O termo *banto* (de *bantu*, plural de *muntu* ‘homem’), presente em quase todas as línguas desse grupo, foi usado pela primeira vez por Bleek, em 1870. Cf. CASTRO. *Ensaio/Pesquisas*, p.1.

²¹ CASTRO. *Ensaio/Pesquisas*, p.9.

²² LUNA, COSTA. *O Estado de S.Paulo*, p.7.

As Minas é certo que se não podem cultivar senão com negros. (...) os negros minas são os de maior reputação para aquele trabalho, dizendo os mineiros que são os mais fortes, e vigorosos, mas eu entendo que adquiriram aquela reputação por serem tidos por feiticeiros, e têm introduzido o diabo, que só eles descobrem ouro, e pela mesma causa não há mineiro que se possa viver sem nem uma negra mina, dizendo que só com elas tem fortuna.²³

FIGURA 1 - Esboço do mapa etnológico africano no Brasil.

FONTE: CASTRO. A presença cultural negro-africana no Brasil: mito e realidade, p.9.

²³ Citado por LUNA, COSTA. *O Estado de S.Paulo*, p.6.

Essa preferência pelos sudaneses — e em particular pelos “minas” — também se reflete em diversos outros documentos do período mineratório, segundo informam Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa em seu artigo “A Presença do Elemento Sudanês nas Minas Gerais”.²⁴ Entretanto, enquanto no auge da exploração do ouro parece ter havido preponderância dos sudaneses, à época da decadência passam a dominar os bantos. Assim, ambos os grupos parecem ter tido ampla participação na população escrava de Minas Gerais, e

a predominância de um ou outro grupo condicionou-se pelo evoluir da atividade mineratória e pelas mudanças na oferta de escravos, sobretudo as relativas às condições imperantes nas áreas africanas fornecedoras desta mão-de-obra.²⁵

A expressão *da Costa*, presente na denominação da língua dos negros da Tabatinga, costuma ser associada à Costa dos Escravos, região africana que corresponde ao Benin e à Nigéria atuais, habitada por negros do grupo sudanês. Nina Rodrigues faz referência explícita ao termo *língua da Costa*, afirmando que na Bahia designava invariavelmente o nagô, língua sudanesa.²⁶ O fato de ter a mineração intensificado o tráfico de escravos negros provenientes da Costa da Mina, no Golfo de Benin, e as ligações históricas de Bom Despacho com uma vila do ouro, Pitangui, sugerem mais uma vez uma origem sudanesa para a língua chamada “do negro da costa”.

Entretanto, os dados lingüísticos colhidos em gravações na Tabatinga, em Bom Despacho, indicam para ela, ao contrário, uma origem predominantemente banto. Por isso entendemos, com Artur Ramos, que a expressão *negro da Costa* é, antes, uma denominação genérica, utilizada inicialmente pelos senhores brancos para se referir aos negros escravos sem distinguir-lhes as origens africanas.²⁷ *Língua do Negro da Costa* significaria, portanto, “língua de africano”, o que parece se confirmar por outros nomes que ela recebe de seus falantes, em Bom Despacho: *gíria dos cativero* e língua do *cuete* (lit. ‘língua do homem’).

²⁴ LUNA, COSTA. *O Estado de S.Paulo*, p.6.

²⁵ Ibidem. p.7.

²⁶ RODRIGUES. *Os africanos no Brasil*, p.183.

²⁷ RAMOS. *As culturas negras no novo mundo*, p.183.

Uma fonte importante para a determinação dos grupos de africanos que se concentravam nas diversas regiões do País são seus remanescentes culturais, tais como os cultos religiosos, o artesanato, a dança, a língua. No caso específico de Minas, constituem farto material para pesquisa as comunidades negras isoladas, formadas, em geral, a partir de quilombos ou em consequência da segregação racial imposta pelo Governo Régio, que, temeroso do elevado número de negros e mulatos aqui existentes no século XVIII, chegou a

obrigar os pretos e mestiços forros ou libertos a habitarem bairros separados do convívio dos brancos. Daí, o fato de ainda se conhecerem pelo nome de 'Arraial-dos-Forros' certos subúrbios do antigo Tejuco (Diamantina), Serro, Ouro Preto, Sabará, Paracatu, etc.²⁸

Em artigo publicado em 1938,²⁹ João Dornas Filho dá notícia de mais uma localidade em que se verifica o fenômeno da resistência cultural africana em Minas: o povoado de Catumba, no município de Itaúna. Considerado por ele ruínas de um quilombo, o vilarejo era, à época em que foi escrito o artigo, habitado unicamente por negros que, vivendo completamente isolados, falavam entre si um dialeto proveniente do quimbundo.

O prof. Aires da Mata Machado Filho, também na década de 30, recolheu em São João da Chapada letra e melodia de 65 cantigas entoadas pelos negros no trabalho da mineração. Os vissungos, como são chamados esses cantos, “distribuem-se em três grupos: o primeiro constituído de peças em puro ambundo; o segundo, mais numeroso, com palavras nativas dos africanos, misturadas com vocábulos vernáculos; o terceiro em puro português do Brasil”.³⁰ Ao lado desses cantos, os negros sanjoanenses conservaram uma “língua d'Angola” ou “banguela” — como eles próprios a nomeiam —, que vem a ser uma mistura de ambundo e português, incluindo também alguns termos nagôs.³¹

Segundo o prof. Aires, a nove quilômetros de São João da Chapada, há Quartel do Indaiá, lugarejo que, por ocasião da pesquisa,

²⁸ SENNA. *Revista de Língua Portuguesa*, p.141.

²⁹ DORNAS FILHO. *Revista do Arquivo Municipal*, p.143-150.

³⁰ MACHADO FILHO. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, p.107.

³¹ Idem.

era habitado quase exclusivamente por negros, que conservavam tradições bantos, como as cafuas — moradias feitas de barro e cobertas de capim ou palmas de coqueiro — e a fabricação de balaies, esteiras e peneiras.³² Ainda o mesmo pesquisador dá notícias de um lugarejo próximo a Pitangui, de nome Capivara, cuja população viveu segregada até as primeiras décadas deste século, apresentando peculiaridades dignas de estudo.³³

Entre essas comunidades que, isoladas em maior ou menor grau, até hoje conservam tradições africanas, merece atenção, ainda, a dos Arturos, grupo familiar que vive em Contagem, trabalhando em agricultura e pecuária para a sobrevivência e liderando as festas de Congado na região. Também em Uberlândia, segundo informou a profa. Norma Smith, da Universidade Federal de Uberlândia, no 1º Encontro Nacional de Centro de Estudos Afro-Brasileiros,³⁴ vive isolado na periferia um grupo de negros que se diz de origem moçambicana. Dos seus ascendentes, preserva não só um vocabulário, como também documentação escrita, passada de geração a geração.

Os negros de Milho Verde, povoado do município do Serro incrustado nas serras do Norte mineiro, vivem em choupanas e até hoje utilizam a economia de troca e também um léxico de origem africana.³⁵ Afirma-se que em Capela Nova há uma comunidade com características semelhantes.³⁶

Dos quase 300 habitantes de Chapada do Norte, descendentes de escravos fugidos que ali fundaram um quilombo, “poucos falam português fluente. A maioria usa o único meio de comunicação que conhece e transfere de geração a geração: um dialeto banto”.³⁷ Patrocínio é outro caso de preservação do léxico de origem africana em Minas.³⁸

³² MACHADO FILHO. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, p.50-52.

³³ Ibidem. p.52.

³⁴ Promovido pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros da UFMG, e realizado em Belo Horizonte, de 11 a 13 de novembro de 1981.

³⁵ CIENTISTAS da UFJF descobrem uma tribo de africanos perto do Serro, 1976.

³⁶ Idem.

³⁷ O CAMINHO empoeirado do difícil desenvolvimento do Norte de Minas, 1983.

³⁸ Em 1996, no livro *Cafundó: a África no Brasil*, Carlos Vogt e Peter Fry dedicam grande parte do capítulo sobre outras “línguas africanas” à “calunga” de Patrocínio (cf. p.234-255). Dois anos antes, o jornalista Gastão Batinga tinha publicado, em edição do autor, o livro *Aspectos da presença do negro no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*: Kalunga. Em 2005 Steven E. Byrd apresentou a tese de doutorado *Calunga, an Afro-Brazilian Speech of the Triângulo Mineiro: Its Grammar and History*, publicada em livro pouco depois.

Somados ao caso da Tabatinga, em Bom Despacho, são, pois, pelo menos dez núcleos de resistência cultural afro-negra já localizados em Minas Gerais, muitos deles ainda por estudar (Figura 2).

FIGURA 2 - Núcleos de resistência cultural afro-negra em Minas Gerais.